

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S. A.

Diretor de Redação: Otavio Frias Filho — **Conselho Editorial:** Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

Democracia sem demora

Quatro anos depois de o Congresso Nacional frustrar a opinião pública, rejeitando a emenda Dante de Oliveira e impedindo a realização de eleições diretas para a Presidência da República, o Congresso constituinte tem em suas mãos a possibilidade de repetir a mesma afronta aos interesses democráticos do país — adiando mais uma vez a convocação do pleito — ou, ao contrário, de assumir integralmente e sem hesitações seu dever de representante das aspirações sociais, fixando em quatro anos o mandato do presidente Sarney.

Não tem sido outra a vontade da população. As pesquisas, as manifestações públicas ou as “ruas” — como preferem, apenas em sua retórica, alguns políticos — não cessaram de revelar, dia após dia, o desejo majoritário de que o Brasil, sem tergiversações e prolongamentos inúteis, ingressasse finalmente numa fase de democracia plena, o que só é possível através de um governo legitimado pelo voto popular. Mas com a mesma intensidade com que o país se mobilizou pelas diretas-já e, a seguir, pela transição em quatro anos, o presidente Sarney, num acintoso desrespeito às tendências da sociedade — e à própria palavra que inicialmente empenhou — não tem medido esforços para perseguir a meta que resumiu, até aqui, o único programa claro de sua gestão: permanecer no cargo.

Nos últimos três anos, foi dada ao Brasil a oportunidade de acompanhar um dos mais melancólicos espetáculos de naufrágio governamental de sua história. Não fossem suficientes os sucessivos fiascos econômicos, as infundáveis demonstrações de inépcia administrativa, as inúmeras exhibições de provincianismo, mediocridade e covardia política, testemunhou-se a desenfreada utilização da máquina pública como loteamento para um mercado ávido por posições e privilégios. A partilha ultrapassou todos os limites. De ministérios a postos de último escalão, passando pelas concessões de rádio e TV, nada escapou à pródiga contabilidade clientelista do governo, organizada com o único propósito de assegurar as ambições pessoais do presidente em sua obsessiva cruzada cincoanista.

Se no início dos trabalhos constituintes as intenções do Planalto foram repelidas — definindo-se, na Comissão de Sistematização, o período de quatro anos —, não tardou para que o quadro se revertesse. Depois de uma intensa e irresponsável ofensiva de exacerbação verbal, quando não hesitou em criar um falso clima de terrorismo e de ameaça à transição, o presidente Sarney viu coroar-se de êxito o seu mais cerrado ataque aos interesses do país: dobrada pelos atrativos do comércio fisiológico e apoiada na mentirosa justificativa da iminência

golpista, a maioria parlamentar sucumbiu às seduções de um continuísmo inaceitável mas que ali, infelizmente, se renunciou por inteiro. Votou-se pelos cinco anos para os futuros presidentes. Abriam-se as portas para a permanência de Sarney.

Das grotescas explicações que convocavam os fantasmas patéticos do retrocesso, os constituintes logo passaram à defesa da confortável tese da igualdade de direitos para o atual presidente. Igualdade entre desiguais, já que destinado a cumprir uma tarefa transitória, sem sequer contar com o respaldo de uma consulta popular, o presidente Sarney deveria unicamente submeter-se aos interesses da passagem para a democracia — e não ao contrário —, enquanto os próximos chefes do Executivo serão, eles mesmos, um símbolo de que a sociedade é livre, enfim, para escolher seus governantes.

Não foi, também, preciso muito tempo para que governadores e políticos aparentemente comprometidos com a reivindicação quatroanista revelassem sua verdadeira face e aderissem à vergonhosa frente ampla pelo atraso que se vai formando à sombra das manobras acomodáticas. Apostam na rarefação da memória social. Acreditam ser possível sempre e sempre iludir a população, manobrá-la, dirigi-la ao sabor de desígnios pessoais. Mas esquecem que uma das melhores virtudes do exercício democrático é a de permitir o amadurecimento da sociedade e a sua inevitável expressão através do voto.

A Folha, da mesma forma e com a mesma firmeza com que defendeu as eleições diretas como a única via para uma transição realmente participativa, assumiu, a seguir, a proposta de um mandato de quatro anos, com direito a uma reeleição, para o presidente Sarney e seus sucessores. O Congresso constituinte preferiu fixá-lo em cinco e rejeitou a recondução ao cargo. Não há, contudo, nenhum imperativo de ordem política ou imposição de caráter ético que o impeça de deliberar na sessão de hoje de forma diversa para o atual presidente.

O país precisa ser conduzido, o quanto antes, à plena legitimidade. O processo transitório, esta é a sua lógica, encerra-se com a conclusão da Carta. Finalizado o novo arcabouço institucional, definidas as regras do Estado de direito brasileiro, nada resta além de convocar eleições para a Presidência da República. O governo Sarney, já consumido e esgotado na prática, torna-se funcionalmente obsoleto com a promulgação do texto constitucional. Nada justifica sua continuidade: só lhe cabe desobstruir o caminho para que a democracia, de uma vez por todas, seja implantada no Brasil.